

**Ministério da Educação**

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7037 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.002117/2019-41

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Pagamento de inscrição do servidor PAULO BERNARDES HONÓRIO DE MENDONÇA, Matrícula Siape nº 1[REDACTED]8, no 7º Congresso Internacional de Compliance, que ocorrerá nos dias 14 a 16 de maio de 2019, em São Paulo/SP, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Ao investir na capacitação de seus servidores o Ministério da Educação busca a valorização dos servidores, adequando às necessidades da Administração à legislação, conforme consta no artigo 1º, incisos I a V, do Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006.

2.2. Considera-se que o servidor, por ser um agente de transformação do Estado e a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar na diversidade devido ao seu compromisso com a ética e os princípios constitucionais, fazendo-o a partir de um sistema de atualização permanente de forma que possa buscar o bem comum. Através do Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, tem-se que a administração pública deverá:

“I - incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

II - assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

(...)

V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

(...)

IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública.”(Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, art. 3º)

2.3. A participação do servidor visa atender a uma demanda de qualificação da Coordenação de Gestão de Licitações no que tange à necessidade de aperfeiçoamento e amadurecimento, quanto a temas polêmicos afetos às Licitações e Contratos. O curso prepara os profissionais para lidarem com as mais diversas situações, que envolvem desde os riscos de conformidade, comportamentos antiéticos e o cumprimento de normas, serão discutidas medidas necessárias para a construção e aplicação de uma melhor cultura de governança corporativa, de gestão de riscos e de políticas de compliance no Brasil e América Latina.

3. PÚBLICO ALVO

3.1. O Congresso atrai profissionais das mais diversas áreas de atuação, como, por exemplo, advogados, CFO's, CEO's, CTO's, controllers, auditores, consultores, funcionários públicos, integrantes de RH, suprimentos, controles internos, além dos profissionais de compliance.

3.2. Desse modo, de acordo com as atribuições exercidas pelos servidores indicado no âmbito do MEC, o mesmo encaixa-se no perfil do público abrangido pelo evento.

4. **LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CARGA HORÁRIA**

4.1. Título: 7º Congresso Internacional de Compliance.

4.2. Modalidade: Ação externa de capacitação.

4.3. Fornecedor: Lec – Legal, Ethics and Compliance - CNPJ nº: 16.457.791/0001-13

4.4. Local de realização: Villa Blue Tree, Rua Castro Verde, 266 - Chác. Santo Antônio - São Paulo

4.5. Vagas: 01

4.6. Carga-horária: 24 horas

4.7. Período de realização: 14 a 16 de maio de 2019.

4.8. Valor da Inscrição Individual: **R\$ 3.676,50 (três mil seiscientos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).**

5. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

5.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

5.2. A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

Corroborando também com a Lei, a Decisão nº 439/98 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

“11. Outras entidades, como a Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF, tentam utilizar a modalidade técnica e preço, cabível ‘para serviços de natureza predominantemente intelectual’ (art. 46 da Lei das Licitações). Logo descobrem, porém, que a definição dos critérios para avaliação das propostas técnicas é extremamente complexa. Além disso, para que a seleção cumpra o objetivo de escolher a melhor proposta, o julgamento desses critérios precisa ser confiado a uma banca de examinadores, composta por experts na matéria específica e em didática, aos quais os licitantes precisam ministrar uma aula e uma síntese do material didático a ser elaborado. 12. Esse tipo de licitação foi abandonado pela ESAF, pois logo constatou-se ser antieconômico e extremamente moroso, já que a diversidade dos cursos oferecidos demandava uma grande quantidade de bancas examinadoras específicas, para as quais era necessário contratar profissionais mediante processo licitatório. Por essa sistemática, portanto, não se atendia ao interesse público.”

“14. Nesse ponto, valemo-nos das palavras do Exmo. Ministro Carlos Átila no voto que fundamentou a proposta de decisão ora em exame: ‘Excetuados os casos de cursos virtualmente padronizados, que utilizam métodos de ensino de domínio público - como o são, por exemplo, os cursos de línguas, ou os cursos de utilização de sistemas de microcomputadores - parece-me inviável pretender que se possa colocar em competição o talento e a capacidade didática de

mestres em matérias de nível superior, sobretudo quando se trata de ministrar conhecimentos especializados, para complementar e aprofundar a formação de profissionais de nível universitário. São tantas as variáveis que influem na definição do perfil ideal dos professores e instrutores adequados a cada caso, que dificilmente se pode defender a tese de que haja efetiva 'viabilidade de licitação' para formalizar tais contratos."

"19. Há quem defenda que a inexigibilidade de licitação seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição. ' ("in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111)."

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Para garantir o cumprimento dos serviços acima referidos o MEC obrigar-se-á:
- 6.2. Efetuar a inscrição dos servidores interessados;
- 6.3. Exercer a fiscalização e acompanhamento do serviço;
- 6.4. Notificar a empresa caso seja constatado que a condução dos trabalhos esteja em desacordo com o interesse da interessada, propondo, neste caso, as devidas medidas corretivas;
- 6.5. Liberar os servidores para frequência no evento no horário estabelecido;
- 6.6. Solicitar ao servidor Relatório de Participação em Ações de Capacitação e cópia de certificado;
- 6.7. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1. Visando a execução dos serviços, a empresa organizadora do evento obrigar-se-á:
- 7.2. Ministrando o evento de acordo com o conteúdo programático proposto;
- 7.3. Prover o material didático;
- 7.4. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse recíproco para a execução dos serviços que o MEC julgue necessárias conhecer ou analisar;
- 7.5. Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições estabelecidas na proposta apresentada;
- 7.6. Encaminhar nota fiscal a este Centro de Formação para atesto e posterior pagamento;
- 7.7. Cumprir o cronograma de desenvolvimento dos serviços.

8. FORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho nos termos do art 62 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2. A fiscalização dos serviços ficará por conta do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do MEC.

9. VALOR PRATICADO

- 9.1. O valor da inscrição individual está orçado em **R\$ 3.676,50 (três mil seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)**. Conforme proposta de preços (1400043) do curso apresentado para a prestação do serviço do objeto deste projeto básico.

10. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, à conta do fornecedor para o Banco Itaú S.A, Agência nº 0367 Conta Corrente/DV nº 06690-9, sendo o depósito bancário realizado após atesto de nota fiscal, e em até 05 (cinco) dias após o término do evento.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A empresa Lec – Legal, Etichs and Compliance, investe na formação de profissionais de Compliance, Direito e Ética, que oferece cursos presenciais, online, in company e realiza eventos, como o Congresso Internacional de Compliance, que anualmente reúne especialistas do mundo todo em São Paulo, em um evento de três dias, ademais é a única responsável pela realização do 7º Congresso Internacional de Compliance.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Bernardes Honório de Mendonça, Coordenador(a)**, em 24/01/2019, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Guerreiro Caldas, Coordenador(a) Geral**, em 24/01/2019, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1400197** e o código CRC **0A260667**.

PAULO BERNARDES HONÓRIO DE MENDONÇA
Coordenador de Gestão de Licitações

À Consideração Superior.

De acordo. Encaminhe-se à CGLC/GAB para providências.

MARCELO GUERREIRO CALDAS
Coordenação Geral de Licitações e Contratos

De acordo. Encaminhe-se à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP para providências.